

DOMINIOS DA QUALIFICAÇÃO

- Verificação Periódica de Massas M1 – 20g a 100g e de 1Kg a 20Kg
- Verificação Periódica de Massas M2 – 1g a 20Kg
- Verificação Periódica e Primeira Verificação de IP (Balanças) Classe II – 20Kg
- Verificação Periódica de I.P (Balanças) Classe III – 3000Kg
- Verificação Periódica de IP (Balanças) Classe IIII – 3000Kg
- Primeira Verificação de Massas M2 – 1g a 20Kg
- Primeira Verificação de IP (Balanças) Classe III – 3000Kg
- Primeira Verificação de IP (Balanças) Classe IIII – 3000Kg
- Contadores de Tempo de Bilhar e Ténis de Mesa – S
- Primeira Verificação, após reparação e Verificação Periódica de Parquímetros

ÁREA GEOGRÁFICA DE ACTUAÇÃO: VALE DE CAMBRA E AROUCA

Decreto-Lei 291/90 de 20 de Setembro

Artigo 1.º **Controlo Metrológico**

1 – O Controlo metrológico dos métodos e instrumentos de medição envolvidos em operações comerciais, Fiscais ou salariais, ou utilizados nos domínios da segurança, da saúde ou da economia de energia, bem como das quantidades dos produtos pré-embalados e, ainda dos bancos de ensaio e demais meios de medição abrangidos pelo artigo 6.º é exercido nos termos do presente diploma e dos respectivos diplomas regulamentares.

2 – Os métodos e instrumentos de medição obedecem á qualidade metrológica estabelecida nos respectivos regulamentos de controlo metrológico de harmonia com as directivas comunitárias ou, na sua falta, pelas recomendações da Organização Internacional de Metrologia Legal (OIML) ou outras disposições aplicáveis indicadas pelo Instituto Português da Qualidade.

3 – O Controlo metrológico dos instrumentos de medição compreende uma ou mais das seguintes operações:

- a) Aprovação de modelo;
- b) Primeira Verificação;
- c) Verificação Periódica;
- d) Verificação Extraordinária

Artigo 3.º **Primeira Verificação**

1 – Primeira Verificação é o exame e o conjunto de operações destinados a constatar a conformidade da qualidade metrológica os instrumentos de medição, novos ou reparados, com a dos respectivos modelos aprovados e com as disposições regulamentares aplicáveis, devendo ser requerida, para os instrumentos novos, pelo fabricante ou importador, e pelo utilizador, para os instrumentos reparados.

2 – A marca de primeira verificação será aposta no acto da operação de forma a garantir a inviolabilidade do instrumento.

Artigo 4.º **Verificação Periódica**

1 – Verificação Periódica é o conjunto de operações destinadas a constatar se os instrumentos de medição mantêm a qualidade metrológica dentro das tolerâncias admissíveis relativamente ao modelo respectivo, devendo ser requerida pelo utilizador do instrumento de medição.

2 – Os instrumentos de medição são dispensados de verificação periódica ate 31 de Dezembro do ano seguinte ao da sua primeira verificação, salvo regulamentação específica em contrário.

5- A verificação periódica é válida até 31 de Dezembro do ano seguinte ao da sua realização, salvo regulamentação específica em contrário.

Artigo 5.º **Verificação Extraordinária**

1 – Sem prejuízo das verificações referidas nos artigos 3.º e 4.º, os instrumentos de medição podem ser objecto de verificação extraordinária a requerimento de qualquer interessado, ou por iniciativa das entidades oficiais competentes.

2 – Entende-se por verificação extraordinária o conjunto das operações destinadas a verificar se o instrumento de medição permanece nas condições regulamentares indicadas em cada uso.

Artigo 6.º **Meios exigíveis para o controlo metrológico**

1 – Os meios materiais e humanos indispensáveis ao controlo metrológico dos instrumentos de medição devem ser postos a disposição da entidade oficial competente pelos requerentes da operação em causa: fabricantes, importadores ou utilizadores.

Artigo 9.º **Acção fiscalizadora**

1 – A acção fiscalizadora das entidades referidas no artigo anterior abrange todo o território nacional e tocadas as matérias abrangidas pelo controlo metrológico previsto no presente diploma e os seus regulamentos.

2 – As entidades fiscalizadoras poderão requisitar o auxílio de quaisquer autoridades quando o julgarem necessário.

3 – Sempre que se verifique qualquer infracção ao disposto no presente diploma e seus regulamentos, as entidades fiscalizadoras levantarão auto de notícia nos termos do artigo 243.º do Código de Processo Penal.

Artigo 12.º

Taxas

1 – Pela aprovação de modelo, primeira verificação, verificação periódica e verificação extraordinária são devidas taxas, excepto quando esta ultima resultar de iniciativa oficial relativa a instrumentos em que não sejam excessidos os erros máximos admissíveis.

2 – A taxa de serviço de verificação extraordinária será paga no acto de seu requerimento.

3 – Pelo reconhecimento da qualidade de entidades ao abrigo do artigo 8.º, n.º1, alínea c), ou outras operações efectuadas no âmbito do artigo 10.º, são devidas taxas, a fixar por despacho do Ministro da Industria e Energia.

4 – O montante das taxas referidas no n.º1 será fixado por forma a cobrir os custos das operações executadas, por despacho do Ministro da Industria e Energia, ou, por conjunto dos ministros competentes, quando se trate de serviços susceptíveis de serem executados por técnicos dependentes de varias tutelas.

5 – As taxas a que se refere o presente artigo são devidas qualquer que seja a entidade interessada, publica ou privada, não sendo abrangidas por qualquer isenção concedida em termos genéricos, designadamente a decorrente do artigo 53.º, n.º 2, alínea c), do anexo I ao Decreto-Lei n.º 49 368, de 10 de Novembro de 1969.

6 – As taxas serão pagas contra recibo, passado pelo funcionário que procede á operação ou serviço, ou mediante guia, no prazo de 30 dias.

7 – As taxas previstas neste diploma serão cobradas coercivamente, em caso de recusa de pagamento, através do processo de execução fiscal da competência dos tribunais das contribuições e impostos, servindo de título executivo a certidão passada pelo respectivo serviço.

Artigo 13.º **Sanções**

1 – Constitui contra-ordenação punível com coima toda a conduta que infrinja as normas relativas as operações de controlo metrológico previstas no n.º 3 do artigo 1.º do presente diploma.

2 – O montante mínimo da coima será de 50€ e o máximo de 1500€ quando a contra-ordenação for praticada por pessoa singular e de 500€ a 15000€ quando praticada por pessoa colectiva.

3 – Os instrumentos de medição encontrados em infracção ao disposto no presente diploma, sem prejuízo da coima aplicável, podem ser apreendidos e perdidos a favor do estado, caso o infractor não proceda as diligencias necessárias a sua legalização no prazo que lhe for indicado para o efeito.

4 – A coima será aplicada pelo director da delegação regional do Ministério da Industria e Energia em cuja área tenha sido detectada a infracção e, nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, pelos organismos e serviços competentes das respectivas administrações regionais.

5 – A negligencia e punível.

Portaria n.º 962/90 de 9 de Outubro

Regulamento Geral do Controlo Metrológico

V – Verificação Periódica

12 – A verificação periódica será efectuada pelo IPQ, pelas delegações regionais ou por entidades reconhecidas para o efeito, conforme for determinado em regulamentos específicos.

13 – A verificação periódica deveser efectuada consoante a periodicidade estabelecida em regulamentos específicos entre 1 de Janeiro e 30 de Novembro do ano a que respeite.

14 – Os utilizadores deverão requerer a entidade competente a verificação periódica nos seguintes casos:

Inicio de actividade do utilizador;

Aquisição de instrumentos novos ou usados;

Instrumentos cujas marcações tenham sido inutilizadas;

Instrumento cuja verificação periódica no ano em causa não tenha sido executada ate 30 de Novembro;

Quando os regulamentos específicos de categoria de instrumento de medição assim o determinem.

Nota: As Informações disponíveis neste documento são excertos retirados do Decreto-Lei n.º 291/90 de 20 de Setembro e da Portaria n.º 962/90 de 9 de Outubro, para mais informações consulte-os no seu todo ou dirija-se ao balcão de atendimento do Serviço de Metrologia deste Município que para efeito encontra-se aberto as quartas-feiras das 9.00 às 12.30 h e das 14.00 às 17.30 h.